

Produção discursiva de gênero em cursos populares mediados pela SATC (1960-1980): disciplina e controle dos corpos das mulheres

Discursive gender production in popular Courses mediated by SATC (1960-1980): discipline and control of women's bodies

Giovana Ilka Jacinto Salvaro, Ismael Gonçalves Alves e

Roberta Adamoli Santin Leal¹

Resumo

O artigo apresentado visa analisar a produção discursiva de gênero em cursos populares, que integravam políticas sócio-médico-assistenciais mediadas pela Sociedade de Assistência aos Trabalhadores do Carvão SATC no período de 1960-1980. A metodologia empregada é com base na análise da produção discursiva proposta por Michel Foucault. Como principais considerações analíticas, compreendem-se os cursos populares como mecanismos pedagógicos a fim de promover o controle e a disciplina sobre os corpos femininos, com interesses em demarcar o espaço doméstico e as atividades de cuidado (dos filhos e do marido) como atribuições específicas das mulheres para a reprodução de um modelo de família (urbana-nuclear-burguesa), fornecendo condições necessárias aos homens para a manutenção do *status* de provedor. Fundamentados em produções discursivas de gênero, os cursos populares tinham como foco formar determinado ideal de mulher, instituído pela posição mulher-esposa-mãe, disciplinada e responsável por atividades domésticas e de cuidados.

Palavras-chave: Gênero; cursos populares; SATC.

¹Giovana Ilka Jacinto Salvaro é Pós-Doutora pela Universidade do Porto (UP) e Professora dos Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico (PPGDS) e Direito (PPGD), dos cursos de graduação em Psicologia e Direito da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC). Ismael Gonçalves Alves é Doutor em História pela Universidade Federal do Paraná, UFPR (2014), Docente permanente do Programa do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico (PPGDS) e do curso de graduação em História da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC). Roberta Adamoli Santin Leal é Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade do Extremo Sul Catarinense (PPGDS/UNESC).

Abstract

The article presented aims to analyze the discursive production of gender in popular courses, that integrated socio-medical-assistance policies mediated by Brazilian Sociedade de Assistência aos Trabalhadores do Carvão SATC, in the period 1960-1980. The methodology used is based on the analysis of the proposed discursive production by Michel Foucault. As main analytical considerations, popular courses are understood as pedagogical mechanisms to promote control and discipline over female bodies, with interests in demarcating the domestic space and care activities (of the children and the husband), as specific attributions of women for the reproduction of a family model (urban-nuclear-bourgeois) providing necessary conditions for men to maintain the status of provider. Based on discursive gender productions, the popular courses focused on forming a certain ideal of women, instituted by the woman-wife-mother position, disciplined and responsible for domestic and care activities.

Keywords: Gender; popular courses; SATC.

Introdução

O artigo visa analisar a produção discursiva de gênero em cursos populares mediados pela Sociedade de Assistência aos Trabalhadores do Carvão – SATC (1960-1980) e foi elaborado a partir da dissertação de mestrado desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico, da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC)². O estudo integra um projeto de pesquisa mais amplo, realizado com o apoio e financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)³. A categoria gênero se constituiu em um dos temas centrais da análise e foi mobilizada a partir dos pressupostos teóricos de Joan

² Intitulada Maternidade, Infância e Gênero em Relações Capital-Trabalho na Região Carbonífera de Criciúma/SC: Uma análise de políticas sócio-médico-assistenciais mediadas pela SATC (1960-1980), concluída em março de 2021.

³ Chamada Universal MCTIC/CNPq n. 28/2018, no âmbito do projeto de base intitulado “Cuidando das famílias pobres: a assistência social materno infantil na região carbonífera catarinense” (1930-1980).

Scott (1995). Tal perspectiva considera os processos histórico, político, social, cultural e econômico que possibilitam compreender as relações sociais e de produção, bem como analisar discursos enquanto construções das diferenças percebidas entre homens e mulheres, permeadas por relações de poder.

A linha de investigação escolhida foi a produção discursiva de gênero, sobretudo nos âmbitos do trabalho doméstico e de cuidados, imposta às famílias de mineiros a partir de políticas sócio-médico-assistenciais. Buscou-se problematizar a produção de discursos de gênero sobre novas formas de exercer a maternidade e o cuidado dos/as filhos/as como forma de “domesticar e disciplinar” mulheres em vilas operárias da região carbonífera de Criciúma, SC, no sentido do cuidado de futuros trabalhadores mineiros e de suas famílias. O município de Criciúma foi fundado em 1880 por imigrantes de origem italiana, provenientes da região do Vêneto e a agricultura foi a principal atividade até a primeira década de 1920, com a descoberta e, posterior, exploração do carvão (ALVES, 2014).

No contexto situado, a Sociedade de Assistência aos Trabalhadores do Carvão (SATC) foi criada em 1959, por empresários e proprietários de minas de carvão, com o objetivo de fornecer assistência social aos trabalhadores da indústria carbonífera e suas famílias, bem como a formação profissional técnica aos jovens-futuros profissionais da área. E ocupou importante posição na proposição, articulação e mediação de ações sócio-médico-assistenciais em consonância com o modelo de desenvolvimento socioeconômico vigente.

A partir de 1964, a SATC iniciou atividades assistenciais com as famílias de mineiros, até o ano de 1981, quando foi finalizado o convênio com a congregação religiosa “Pequenas Irmãs da Divina Providência”. Neste ano, a SATC passou por uma reestruturação e deixou de atuar nas vilas operárias. Conforme consta no relatório de 1982 (referente ao ano de 1981), com o surgimento de outras entidades e instituições que atuavam na mesma área, a SATC encerrou as atividades junto às famílias dos mineiros nas vilas operárias e passaria a ofertar a assistência social diretamente aos seus alunos, pais e responsáveis (SATC, 1982).

Ao longo da pesquisa, foram identificados e selecionados documentos na forma de Relatórios escritos e produzidos pela SATC, localizados no Acervo Memória e Cultura do Carvão do Centro de Memória e Documentação (Cedoc/UNESC), Criciúma, SC. No total, foram 24 relatórios anuais localizados e identificados pelos seguintes anos de elaboração: 1960, 1961, 1962, 1963, 1965, 1966, 1967, 1968, 1969, 1970, 1971, 1972, 1973, 1974, 1975, 1976, 1977, 1978, 1979, 1980, 1981, 1982, 1983, 1984. Especificamente, para a realização do estudo, foram selecionados relatórios relativos aos anos de 1965 a 1981, período em que o Serviço Social da SATC atuou nas vilas operárias e atendia às famílias dos mineiros. Pela relação que estabelecem com os temas aqui tratados, também foram selecionados relatórios produzidos por Francisco de Paula Boa Nova Junior (1953), médico que atuou na região carbonífera. Nos relatórios de atividades da SATC, eram descritos os atendimentos realizados pelas agentes sociais nas vilas operárias da região carbonífera de Criciúma. A

análise foi realizada com base na proposta de Michel Foucault, na qual se propõe considerar a produção de discursos a partir das relações de saber e de poder.

A análise do campo discursivo é orientada de forma diferente; trata-se de compreender o enunciado na estreiteza e singularidade de sua situação; de determinar as condições de sua existência, de fixar seus limites da forma mais justa, de estabelecer suas correlações com os outros enunciados a que pode estar ligado, de mostrar que outras formas de enunciação exclui [sic]. (FOUCAULT, 2004, p.31).

A partir de tal proposta analítica, entre as atividades descritas, foi verificada a existência de um conjunto de cursos populares direcionados às mulheres, esposas e filhas dos mineiros. A escolha do *corpus* analítico foi orientada por meio da proposta de organização, dos objetivos e da oferta dos cursos por mais de uma década, sobretudo pela identificação de mecanismos disciplinares e de controle dos corpos das mulheres pelo trabalho doméstico e de cuidados como parte de um projeto de desenvolvimento socioeconômico da região carbonífera de Criciúma, SC.

Projeto de desenvolvimento urbano-industrial nacional e a construção de vilas operárias: notas sobre a região carbonífera de Criciúma/SC

Para compor a proposta do estudo, seguem algumas notas relativas à região carbonífera de Criciúma, SC, voltadas a aspectos que envolveram o projeto de desenvolvimento socioeconômico urbano-industrial nacional nas principais características das vilas operárias que abrigavam famílias dos operários das minas e políticas sócio-médico-assistenciais específicas. Nesse

contexto, importa compreender o papel de instituições e agentes sociais que atuaram com as famílias de forma pedagógica, promovendo disciplina e controle na produção de sujeitos alinhados a novos padrões urbanos, adequados a determinado modelo de família nuclear burguesa.

A análise de discurso considerou especificidades do tempo e das fontes, de áreas do saber envolvidas na produção de conhecimentos e de agentes sociais que atuaram na região, de acordo com normas, valores sociais e morais atrelados ao projeto nacional desenvolvimentista. Conforme supôs Foucault (2014, p. 8-9), no que diz respeito ao fato de que “[...] em toda a sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade” .

Dessa forma, é necessário compreender o contexto político e socioeconômico brasileiro no início do século XX e seu plano de desenvolvimento conhecido como projeto de desenvolvimento por etapas. Tratava-se de um contexto estrutural sexista e patriarcal no qual o ideário desenvolvimentista capitalista foi se formando, desde a formatação de uma indústria nacional e de todo um discurso/formulação teórica voltado/a ao desenvolvimento industrial enquanto projeto de nação. Em uma conjuntura de reconstrução da imagem e da narrativa em relação ao trabalho capitalista, dependente projeto de desenvolvimento industrial brasileiro situa o trabalho

reprodutivo das mulheres e a divisão sexual do trabalho como instância estrutural de perpetuação da sociedade patriarcal.

Para Celso Furtado (1980, p. 16), o processo envolveria três dimensões, a saber: crescimento e modernização do sistema e da capacidade produtiva; satisfação de necessidades sociais e elementares; e, por último, dos interesses das elites dominantes, responsáveis pelo processo competitivo. Buscava-se aliar as necessidades populares (mediante a produção e a exploração do trabalho) aos interesses das elites econômicas com a acumulação de capital. Esse seria o projeto para vencer a condição de subdesenvolvimento do capitalismo tardio como etapa a ser abandonada.

Assim, teve início o projeto socioeconômico brasileiro, baseado na especialização e divisão sexual da mão de obra como meio de alavancar o tripé emprego-renda-consumo, criando um mercado interno nacional e favorável à construção de uma indústria de substituição de importações. Essa dinâmica estrutural, que impõe aos trabalhadores o trabalho (explorado) produtivo para fomentar o consumo, evidencia exatamente um dos nós da dinâmica de exploração e dominação. Ou seja, se o trabalho e o projeto de desenvolvimento burguês brasileiro se fizeram dissociados das necessidades das populações empobrecidas, da mesma forma a dinâmica de modernização e divisão sexual do trabalho contribuiu para a marginalização das mulheres na sociedade capitalista.

Consoante ao projeto de modernização das sociedades, buscou-se desvincular a imagem do Brasil do período colonial e passou-se a investir os

esforços na nova ideia de construção de um país moderno, industrial, relacionado a concepções higienistas e reformistas. A concepção de progresso e de desenvolvimento do capital industrial ligado à modernização, ao crescimento econômico e urbano do País não considerou questões como as desigualdades sociais já existentes, que foram agravadas com o capitalismo.

Na região carbonífera de Criciúma, SC, de igual modo, em decorrência de um projeto de desenvolvimento e de transformações econômicas, mecanismos de disciplina e de controle foram mobilizados na produção de novas formas de vida de populações que foram recrutadas como força de trabalho por empresas mineradoras, em grande medida, oriundas de regiões litorâneas. Renato Carola (1997) observou que o reconhecimento nacional como a capital do carvão ocorreu no contexto da Segunda Guerra Mundial. Na década de 1940, foi criada a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e houve a consolidação da indústria carbonífera de Criciúma e região. A exploração do minério estava inserida em uma conjuntura política que buscava promover a autonomia nacional e o desenvolvimento do País, com o intuito de diminuir a dependência do mercado internacional, visto que o carvão foi considerado a principal fonte para a produção industrial.

A intensificação e a expansão da indústria promoveram importantes transformações, impactos ambientais e sociais na região. Conforme Carola (1997), uma das suas características foi a intensa migração de populações que viviam em regiões rurais e litorâneas. Como consequência, o processo de urbanização foi intensificado, abrangendo um crescimento sem um

planejamento organizado. A construção das vilas operárias pelos proprietários ocorreu devido ao aumento do número de minas e à necessidade de mão de obra e exercia uma dupla intencionalidade. Primeiro, “atrair e fixar mão de obra” (CAROLA, 1997, p. 87); segundo, como dispositivo de poder disciplinar e de controle (FOUCAULT, 2020) dos corpos dos trabalhadores na medida em que exercia vigilância constante para além do espaço produtivo, incidindo na esfera privada familiar e no gerenciamento sobre suas vidas no sentido de uma biopolítica que intervém sobre o corpo social ou determinado segmento populacional, identificando-os como indivíduos político-biológicos.

Com a construção das vilas, foram demarcados os espaços que a classe trabalhadora poderia circular e ofertado o que se julgou necessário para a reprodução da vida social, incluindo espaços de lazer para que a classe empobrecida não adentrasse espaços e bairros elitizados da cidade. O estudo sobre vilas operárias de São Paulo, realizado por Margareth Rago (2014), demonstrou padrões de constituição e organização semelhantes aos observados na região carbonífera. As vilas que abrigavam as famílias dos operários, normalmente, não proporcionavam aos seus moradores condições dignas e confortáveis de vida. O médico sanitaria Francisco Boa Nova Junior descreveu como eram as casas dos mineiros no documento intitulado Problemas Médico-Sociais da Indústria Carbonífera Sul Catarinense (1953, p. 67):

Casas (ou melhor dizendo ‘ranchos’) velhíssimas, tôscas [sic] de madeira empenada e podre, com cobertura de cacos de telhas, cheias de buracos enormes por onde a chuva se escôa [sic] aos borbotões, com

assoalhos e paredes repletos de largas festas, por onde o vento Sul, no inverno rigoroso, penetra impiedosamente, fustigando não só o próprio mineiro, mal agasalhado, como também sua mulher e seus infelizes filhos, cobertos com farrapos, constituem as habitações dos mineiros. São em geral, também, de reduzidas dimensões, para certas famílias numerosas de Operários.

Na descrição realizada por Marli de Oliveira Costa (2004, p. 120), “[...] o quintal, como extensão da cozinha, era o local onde podíamos encontrar um córrego formado pela água da louça lavada nos ‘jirais’ , a “patente ao fundo [...] Também circulavam os animais de criação: galinhas, porcos, cabritos, tudo misturado” . Essa forma de organização habitacional pode remeter a modos de vida mantidos pelas famílias, de acordo com os costumes vivenciados no campo ou no litoral, os quais não eram considerados “adequados” ao modo de vida urbana, nem de acordo com o projeto de desenvolvimento industrial e de modernização das cidades. Logo, era necessário um investimento por parte de instituições e agentes sociais no sentido de formação e educação da população operária, de modo que se adequassem aos parâmetros normativos de uma sociedade “moderna” e urbana.

Costa (2004) observou que a questão sanitária das vilas operárias apresentava muitos problemas à saúde de seus moradores e era fonte de doenças. A água utilizada para o preparo dos alimentos estava contaminada pelos rejeitos do carvão (visto que os rios, córregos e nascentes foram tomados pela poluição do minério) e os moradores não tinham o hábito de fervê-la para evitar doenças. Além das poucas possibilidades e variações de alimentos que eram preparados, dadas as limitações econômicas e materiais de acesso. Como

ressaltado, o adoecimento da população operária e de suas famílias se relacionava a questões sociais, que foram exacerbadas por causa de uma urbanização acelerada, sem planejamento adequado e condições mínimas de reprodução da vida.

Cabe destacar os altos índices de mortalidade infantil na região, embora não se tratasse de problema de saúde isolado, mas de proporções nacionais daquele período, que chamou a atenção do poder médico por serem diários os sepultamentos infantis nas vilas. Profissionais médicos que trabalharam na região, de acordo com suas percepções, elencaram alguns dos principais fatores que contribuíram para o aumento da mortalidade infantil, tais como as condições de habitabilidade das casas e a má alimentação, com foco na ausência de cuidado dos pais, preponderantemente, das mães. A pobreza era percebida como sinônimo de “ignorância” . Uma das causas da mortalidade infantil foi atribuída, pelo médico Francisco Boa Nova Júnior, à “ignorância das mães” .

É sumamente desagradável e doloroso relatarmos aqui que muitas criancinhas, em Criciúma, pereciam em grande número, até há bem pouco tempo bem poucos anos e ainda perecem agora, em número bem menor. É verdade, de fome! Isso no primeiro ano de vida, em virtude, principalmente do descaso dos seus próprios pais, da ignorância de suas mães, que sob a infundada alegação de que seu ‘leite era fraco’ , desmamavam-nas logo às primeiras semanas de vida, substituindo o preciosíssimo leite materno pelo pirão de farinha de mandioca feito com água. (BOA NOVA JÚNIOR, 1953, p. 22).

No relatório do Serviço Social da SATC de 1965, foi anexado o trabalho apresentado na cidade de Florianópolis, no II Simpósio do Carvão Nacional,

intitulado “A Sociedade de Assistência aos Trabalhadores do Carvão e a Assistência social na Zona Carbonífera de Santa Catarina” . O tema foi debatido e, de acordo com o registro, compreendido como algo que perpassava as questões sociais. Novamente, foram salientadas a pobreza e a ignorância que envolviam a população dos operários como um dos fatores que contribuíam para a problemática.

Nessas populações, quando não são tomadas medidas preventivas, o referido ciclo se faz presente com toda [síc] sua intensidade. A criança, nascida de gestante anêmica e contaminada, passa receber o impacto desta força [síc] monumental que é o binômio ignorância-miséria, realizando os processos de crescimento e desenvolvimento em casebres sujos, confinados, promíscuos, [...] chegando ao óbito com relativa facilidade no primeiro ano de vida e, livrando-se deste [síc], acaba por apresentar-se com um distrófico de baixo quociente intelectual em mínimas condições físicas, formando concepções negativas da sociedade e desenvolvendo recalques que, [...], determinam a tomada de atitudes agressivas contra os bem afortunados a quem êle [síc] (consciente ou inconscientemente) julga culpados da própria descompensação.” (BOIANOVSKY, 1965, p. 3).

Como efeito de uma nova forma de organização familiar e social, a higiene e a puericultura foram centrais a fim de diminuir o número de óbitos infantis e prevenir doenças derivadas dos hábitos anti-higiênicos, a falta de cuidados na formação física, intelectual e moral das crianças, que, segundo o relatório, teria origem no “binômio ignorância-miséria” . Dessa forma, não se tem a pretensão de considerar fragmentos isolados de enunciados ou analisá-los como uma produção individual, mas compreendê-los como produções de determinado período histórico, socioeconômico e político. Analisá-los a partir de suas condições de possibilidade de produção e de reprodução.

Sobre o enunciado, Foucault (2004, p. 31-32) escreveu que [...] é sempre um acontecimento que nem a língua nem o sentido podem esgotar inteiramente” ; além disso, “[...] é único como todo acontecimento, mas está aberto à repetição, à transformação, à reativação” ; por fim, para o autor, o acontecimento “[...] está ligado não apenas a situações que o provocam, e a consequências por ele ocasionadas, mas ao mesmo tempo, e segundo uma modalidade inteiramente diferente, a enunciados que o precedem e o seguem” .

No mesmo sentido apresentado pelo Relatório de 1965 sobre a percepção de agentes sociais a respeito da ignorância, no Relatório de 1967, um dos objetivos registrados para o trabalho assistencial indicava certo controle da natalidade. A preocupação com o crescimento descontrolado da população teve um recorte específico na medida em que era direcionado a populações empobrecidas e que, conforme a passagem anterior, estariam envolvidas em um “ciclo da ignorância” , sendo necessário uma intervenção a fim de ensinar/educar as mães para o cuidado dos filhos, criando e fortificando os vínculos de afeto como forma de fomentar uma preocupação com a saúde e o bem-estar infantil. Além de evitar a morte, também, uma outra gestação.

De uma maneira ampla, 60% das mães deste [sic] país exigem imediatos cuidados médicos para si (relativamente) mas não têm a mesma atitude em relação à criança, posto que a perda de um será reposta com a imensa facilidade numa nação onde o índice de natalidade é super-elevado [sic]. O Serviço de Puericultura da SATC exerce um trabalho de orientação como poucos no Brasil. [...] e vem provar na prática, cabalmente, a verdade irretorquível de que, onde se controla preventivamente a mortalidade infantil, automaticamente se controla

também a natalidade. O conhecimento das responsabilidades em relação aos filhos fez com que as mães valorizassem a criança e passassem a compreender melhor a necessidade de limitar o número de filhos, ouvindo com mais atenção os conselhos de planejamento familiar que as Irmãs assistentes do Serviço de Puericultura lhes transmitem. (SATC, 1967, p. 12).

O trabalho de assistência era atravessado por aspectos morais e normativos, de cunho religioso e científico. As irmãs eram assistentes do serviço e mantinham contato direto com as famílias operárias; e os médicos, profissionais que orientavam parte do trabalho realizado por elas. Como escreveram Matos e Moraes (2007, p. 29), “[...] a Igreja, o Estado e a medicina convergem seus interesses a fim de disciplinar mulheres e homens” . Portanto, pode-se argumentar que a questão do controle da natalidade envolveu práticas e orientações da assistência médico-social enquanto dispositivos políticos que buscavam regular a reprodução e a sexualidade, as quais fazem parte do que Foucault definiu por “biopoder” .

A propósito de um dos aspectos do “biopoder” , Foucault (2020, p. 151-152) escreveu ser ele “[...] elemento indispensável ao desenvolvimento do capitalismo, que só pode ser garantido à custa da inserção controlada dos corpos no aparelho de produção e por meio de um ajustamento dos fenômenos de população aos processos econômicos” . Com isso, buscava-se disciplinar e controlar a vida, como será discutido no próximo tópico sobre cursos populares ofertados e mediados pela já referida Sociedade de Assistência aos Trabalhadores do Carvão.

Cursos populares como mecanismos de controle da esfera doméstica e das relações materno-infantis a serviço do capital-trabalho

Diante das circunstâncias, no âmbito das relações capital-trabalho, as condições de vida das famílias dos operários se constituíram foco de investimento e de urgente transformação. Em decorrência, foram intensificadas as parcerias institucionais e as ações direcionais ao que se nomeou, então, como foco do problema. No ano de 1965, na 1ª Zona Carbonífera de Criciúma, foram iniciadas as atividades de cunho assistencial nas vilas operárias, por ocasião de um convênio com a congregação religiosa Pequenas Irmãs da Divina Providência (SATC, 1965). O Serviço social da SATC tinha em seu bojo atividades e ações que faziam parte da rotina do setor. As irmãs atuaram diretamente com as famílias dos mineiros, realizando visitas domiciliares, serviço de puericultura, cursos de formação feminina para as esposas e filhas dos operários, atividades recreativas para as crianças, bem como atividades socioeducacionais (RABELO, 2007).

Os Relatórios, documentos aqui analisados, eram produzidos por membros da diretoria da SATC e por uma irmã da congregação Pequenas Irmãs da Divina Providência, coordenadora do Serviço Social da SATC, apresentados aos membros dos conselhos fiscal e consultivo da instituição anualmente, contendo planilhas dos atendimentos realizados pelos serviços de puericultura, com os números das crianças cadastradas e atendidas por vila operária, as vacinas aplicadas, as consultas nos postos de puericultura, o número de crianças

hospitalizadas e de óbitos. Além disso, era demonstrado o número de matrículas realizadas nos cursos populares nas diferentes modalidades e nos diferentes núcleos operários. Salienta-se que os relatórios possuem o mesmo caráter descritivo, mas o conteúdo e a maneira como são descritas as atividades podem não ser idênticos.

O relatório de 1965 apresenta registros das primeiras atividades realizadas no âmbito dos cursos populares. A análise de 1980 foi a última. No relatório de 1981, último ano de atuação do Serviço social da SATC nas vilas operárias, os cursos populares não foram registrados. Em 1965 foram descritas as atividades realizadas pelo setor, que correspondiam aos “Planos assistenciais” os quais estavam organizados da seguinte forma: (1) Serviço de Puericultura; (2) Serviço de Assistência Social; (3) Assistência Educacional e (4) Assistências Diversas.

No Serviço de Assistência Social, os Cursos Populares eram direcionados às mulheres, esposas dos mineiros, e ofertados em duas modalidades: “Trabalhos Manuais-Arte aplicada e Ornamentação do Lar” e “Arte Culinária” (SATC, 1965, p.4), modalidades de cursos que aparecem nos primeiros relatórios do Serviço Social da SATC (1965, 1966, 1967, 1968 e 1969). No relatório de 1970, o curso de corte e costura foi registrado como outra modalidade que passou a ser ministrada. Em 1980, constavam as seguintes atividades: (1) Serviço de Plantão; (2) Serviço de Puericultura (preventiva e curativa); (3) Cursos Populares (trabalhos manuais e artesanato); (4) Clubes

infantis e catequese; (5) Recreações, festivais e encenações; (6) Coordenação (SATC, 1980).

No estudo dos Relatórios a partir da análise discursiva dos Cursos Populares, buscou-se identificar quais discursos aparecem com regularidade, embora possam estar revestidos por termos gramaticais distintos, mas que possuem uma mesma intencionalidade; e, também, como as mulheres foram instrumentalizadas para uma domesticidade moderna e ideal que serviria a determinado projeto de desenvolvimento socioeconômico.

No conjunto peculiar de atividades mediadas pela SATC, precisamente, procurou-se investigar a produção discursiva de gênero em cursos populares e compreender como contribuíram para a formação de comportamentos, instituindo “outros” modos de vida à população operária. Nesse contexto, importa compreender que a família é percebida como elemento central e funcional para a organização social. As mulheres adquirem um protagonismo no sentido de que “seu papel de reprodutora é valorizado” (RAGO, 2014, p. 93), atribuindo-lhes centralidade nos cuidados da família, responsabilidade pela formação moral e física dos filhos, os quais passaram a ser percebidos como o futuro da nação e trabalhadores para o capital.

Da mesma forma, contribuindo para valorizar e demarcar a centralidade do trabalho masculino como responsável pela manutenção econômica da família. Às mulheres foi designada a atribuição de vigilantes do lar, com dever de manter a harmonia e a organização da casa. Assim, na esfera doméstica e familiar, os homens, trabalhadores e provedores, teriam atendidas as suas

necessidades para o descanso, alimentação e cuidados, consideradas condições favoráveis para o trabalho no espaço produtivo.

Nesse sentido, evidencia-se como as mulheres foram percebidas e interpeladas por discursos que naturalizam a disposição feminina para o cuidado. Mais do que isso, como tais naturalização e responsabilização foram constituídas por discursos e normas sociais, culturais e políticas, relegando-as ao trabalho de cuidados, direcionado ao mercado ou mesmo para a família. Nesse sentido, Joan Tronto (1997) ressalta como a responsabilidade “do” ou “pelo” cuidado é direcionada e compreendida às mulheres e aos homens na sociedade.

Cuidar é uma atividade regida pelo gênero tanto no âmbito do mercado como na vida privada. As ocupações das mulheres são geralmente aquelas que envolvem cuidados e elas realizam um montante desproporcional de atividades de cuidado no ambiente doméstico privado. Para colocar a questão claramente, os papéis tradicionais de gênero em nossa sociedade implicam que os homens tenham “cuidado com” e as mulheres “cuidem de” . (TRONTO, 1997, p. 189).

A definição e as considerações sobre o “cuidado de” remetem a reflexões sobre atividades desenvolvidas pela SATC, tais como os cursos populares, por exemplo, na medida em que eram ofertados para mulheres, esposas e filhas de mineiros, o que parece sugerir mecanismos disciplinares e de controle dos modos de vida em uma sociedade urbana e moderna, com atribuições e funções sociais determinadas por normas de gênero no sentido de fortalecer as representações de mulheres e homens, da estrutura e do modelo de sociedade da época. Sugere-se, portanto, que os cursos populares

se constituíram como importantes mecanismos que visavam provocar mudanças de hábitos, novas formas de gerir a vida doméstica e familiar.

No Relatório de 1969 sobre os cursos populares, foi explicitado o que havia sido abordado em cada um deles.

Arte Culinária- abrangendo a parte teórica e parte prática. As alunas aprendem a organizar um cardápio dentro das exigências da dietética estudam a origem dos alimentos, calorias que contém, vitaminas, etc. A parte prática vai do trivial a confecção de bolos artísticos. A economia doméstica também é ensinada as alunas bem como as boas maneiras. Trabalhos Manuais-bordados, crochê, tricô, jogos de cama, e mesa, etc, etc. Artesanato- flores, modelagem, decapé, arranjos para Páscoa e Natal, enfeites para mesa de aniversário, pintura em vidro, tela e pano etc etc. (SATC, 1969, p. 6-7).

Verificou-se que o conjunto de cursos ofertados possuía um recorte bem delimitado, no sentido de que proporcionariam às mulheres o aprendizado de técnicas que seriam utilizadas na esfera doméstica, tornando o lar um espaço mais aconchegante e confortável para a família, bem como formas de aprimorar o rendimento da economia familiar com as orientações voltadas para a "Economia doméstica" . Como escreveu Cynthia Sarti (2011, p. 61, grifos da autora) sobre as famílias pobres, "[...] a mulher, em seu desempenho como *boa dona-de-casa*, [sic] faz com que *apesar de pouco, o dinheiro dê*. Isso implica *controlar* o pouco dinheiro recebido pelos que trabalham na família [...]."

Em sua proposta, é possível considerar que os cursos não tinham a intenção de possibilitar uma emancipação financeira das mulheres, propunham legitimar atribuições e reproduzir espaços considerados femininos. Da forma como foram descritas, as atividades não excediam normas sociais e hierárquicas

na família e sociedade, a moral masculina, ou retirariam a autoridade e a responsabilidade dos homens como provedores.

No relatório de 1970, consta uma outra modalidade de curso ofertado – o de corte e costura –, que, conforme descrito, consistia em um curso completo no qual se aprendia a confeccionar “[...] desde o enxovalzinho do bebê, até roupas para homens.” (SATC, 1970, p. 10). Pode-se compreender que seria de grande valia para as famílias, considerando a situação econômica da população, a instrumentalização das mulheres para a confecção de vestuários infantis e masculino, a favor da economia doméstica, pois aprenderiam a reutilizar tecidos e a reformar roupas.

Ismael Gonçalves Alves (2010), em estudo realizado sobre cursos populares ministrados pelo mesmo núcleo religioso aqui citado, estabelecido pelo convênio com o Serviço Social da Indústria (SESI)-SC, ressaltou:

Cuidar da indumentária masculina passou a fazer parte das obrigações das mulheres que moravam nas áreas de mineração. Devido às características do trabalho no interior das minas e ao fato de a carbonífera não oferecer uniformes para os operários, as mulheres tornaram-se as responsáveis pela manutenção das roupas utilizadas nas frentes de exploração. (ALVES, 2010, p. 33).

No relatório de 1973, verifica-se uma ênfase nos cursos populares, com imagens de exposições dos trabalhos, demonstrando os “excelentes resultados” e o valor da assistência social da SATC nas vilas operárias. No documento, registros sugerem enunciados que legitimam o viés higienista, o qual delimitava as práticas do Serviço Social da SATC. O trabalho das agentes

sociais com as famílias era descrito como profilático, com foco na “higiene e melhorias nas condições do lar” . Também, é recorrente e exaltado como necessário o trabalho assistencial da SATC, pois, de acordo com seus agentes, promovia melhores condições de vida às famílias.

[...] O Serviço Social da SATC que teve sua instalação no mês de maio de 1965, vem funcionando dentro de nossas limitadas possibilidades econômicas, está dividido em dois setores distintos: Serviço de Puericultura e Assistência Social. Êstes [*sic*] serviços que têm conseguido os resultados mais surpreendentes, temos a certeza, modificou sobremaneira o “modus vivendi” de nossa grande família mineira, graças à criteriosa orientação médica ministrada e ao sadio ensinamento prestado às famílias. (SATC, 1967, p. 11).

A análise dos registros evidenciou que práticas sociais da época estavam apoiadas em discursos médicos-sanitários pelos quais se “[...] propalava a necessidade de se impor uma profilaxia antimicrobiana aos lares, nos quais a principal agente seria a mulher. ” (MATOS; MORAIS, 2007, p. 25). Nesse sentido, as mulheres precisavam passar por um processo de “reeducação” , calcado no saber médico, subsidiado pelo Serviço Social da SATC e suas agentes sociais por meio das visitas domiciliares, das orientações de puericultura e dos cursos populares. Pode-se observar nos comentários e discursos dos relatórios um modo de expressão que se propõe filantrópico e, de maneira implícita, valores e normas de um determinado modelo de sociedade desenvolvimentista higienista.

Assim, revestem-se a prática e os discursos das políticas sócio-médico-assistenciais, com tons propositivos e com uma tonalidade

beneficente/solidária, o que lhe permite funcionar como uma verdadeira ferramenta de intervenção/constituição do sujeito e da sociedade mediante uma biopolítica. Como sugere Foucault (2014, p. 9-10), “[...] por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e o poder” .

Pode-se relacionar os processos pedagógicos/educativos ao que Dagmar Meyer entende por “pedagogias culturais” presentes em programas, políticas de inclusão social, assistência social da SATC e processo de educação das mulheres nas vilas operárias. A autora escreve que “[...] as pedagogias culturais [...] tem-se revelado como instâncias que desenvolvem processos educativos potentes dos corpos quando se trata de instituir relações entre corpo, gênero e sexualidade.” (MEYER, 2009, p. 90). Nesse contexto, objetivamente sobre os corpos femininos, a maternidade e o trabalho doméstico.

Os cursos populares tinham como proposta habilitar mulheres casadas para melhor desempenho das tarefas domésticas e ao cuidado dos filhos e do marido. No caso das mulheres jovens, o objetivo estava descrito no relatório: “As jovens, desde cedo, são iniciadas na difícil tarefa de Donas de Casa, nos cursos de (Ornamentação do Lar) de (Arte-Culinária), Higiene, Puericultura, Corte e Costura e outros.” (SATC, 1973, p. 19). O trabalho desempenhado com as jovens buscava formar e conformar identidades para o espaço doméstico, preparando-as para o futuro, para o casamento, os afazeres domésticos e o cuidado da família.

Alves (2010) sugere que no decorrer das aulas as meninas provavelmente recebiam orientações morais, envolvendo formas de comportamento na sociedade para a manutenção da moral e “[...] que possivelmente, aconselhavam as meninas sobre os valores da castidade, do trabalho e de uma conduta moral e sexual respeitosa [...].” (ALVES, 2010, p. 35). A pesquisa realizada pelo autor vem ao encontro das reflexões aqui apresentadas. Embora os cursos tenham sido ofertados por instituições diferentes, verifica-se a reprodução de discursos que promoviam uma formação pedagógica voltada para o âmbito doméstico e de cuidados, buscando uma conformação e identificação dos corpos femininos para o casamento e a maternidade. De certa forma, buscavam reforçar, desde cedo, a concepção de que as mulheres se realizariam pelo casamento, cuidado dos filhos e do marido, mantendo outras possibilidades de existência afastadas pelo processo de formação e educação feminina limitado ao âmbito privado.

A preocupação com o bem-estar dos homens e o rendimento produtivo do seu trabalho constituem unidades discursivas nos documentos analisados. No Relatório de 1974, a preocupação está registrada e os cursos populares se apresentam como possíveis estratégias para viabilizar uma melhor capitalização do trabalho, o que implica as mulheres no pleno desenvolvimento do capital.

Cursos populares: Na época agitada, em que vivemos, o lar deve se constituir num recanto, onde o homem, ao final de sua jornada de trabalho, encontre a paz e a tranquilidade necessárias para refazerem suas forças. O Serviço social da SATC, tem procurado colaborar nesse sentido, oferecendo cursos populares às esposas e filhas dos mineiros. (SATC, 1974, p. 44, grifo no original).

Com o passar dos anos e aproximando-se o encerramento das atividades do Serviço Social da SATC – em dezembro 1981 –, percebe-se que a demanda pelos cursos populares diminuiu. No Relatório de 1980, apenas os cursos de “Trabalhos Manuais” e de “Artesanato” foram registrados. Por fim, compreende-se que as mulheres passaram por processos de formação e normatização envolvendo atividades domésticas e de cuidado a serviço do capital. Como parte do processo, foram preparadas para desempenhar atividades domésticas e de cuidado, conforme as normativas sociais e culturais, em acordo com o projeto hegemônico para o desenvolvimento do capital, cuidando e amparando a infância de futuros trabalhadores do carvão, servindo a necessidades do esposo provedor em demandas do trabalho produtivo.

Para isso, as políticas sócio-médico-assistenciais específicas e as atividades desempenhadas através da SATC contribuíram para disciplinar e controlar mulheres, bem como instituir determinado modelo de família, de acordo com o ideal burguês da época, nas esferas doméstica e do trabalho produtivo. A formulação e a articulação de discursos normativos de gênero, juntamente com o saber médico que atendia aos interesses políticos e econômicos, promoveram processos de resignificação da infância e da maternidade, e determinado protagonismo social das mulheres foi produzido a partir do que se poderia chamar de um protagonismo na subserviência.

Como argumenta Badinter (1985, p. 26):

Quando o farol ideológico ilumina apenas o homem-pai e lhe dá todos os poderes, a mãe passa a sombra e sua condição se assemelha à da criança. Inversamente, quando a sociedade se interessa pela criança, por

sua sobrevivência e educação, o foco é apontado para a mãe, que se torna a personagem essencial, em detrimento do pai. [...]. Segundo a sociedade valoriza ou deprecia a maternidade, a mulher será, em maior ou menor medida, uma boa mãe.

Com essa mudança de *status* da infância, a mulher também passa a ser considerada elemento central para o desenvolvimento do futuro capital humano e para a manutenção de um determinado modelo de família, necessária para viabilizar o trabalho produtivo do marido, que dependia fundamentalmente dos cuidados do lar e dos filhos. Além disso, o trabalho doméstico não valorizado pelo mercado e pela sociedade, “gratuito” ou remunerado, é permeado por desigualdades de gênero, raça, classe, como marcadores interseccionais de opressão. Kimberlé Crenshaw (2002, p.177) utiliza a “metáfora de intersecção” para fazer referência ao fato de que “raça, etnia, gênero e classe constituem as avenidas que estruturam os terrenos sociais, econômicos e políticos”, por meio das quais “as dinâmicas do desempoderamento se movem.”

Na investigação realizada, argumenta-se que relações de dominação e subordinação eram latentes e o trabalho realizado pelas mulheres fundamental para a reprodução do capital, como observado em outras passagens do texto. E, com base do material analisado, é sugestivo considerar que o trabalho pedagógico mediado pelo Serviço Social da SATC, a propósito dos Cursos Populares, contribuiu para aprofundar desigualdades entre homens e mulheres. Incidiu especificamente na divisão sexual do trabalho, na produção de sujeitos dóceis, afeitos a determinados espaços e funções sociais desiguais. Nesse

sentido, sugere-se que o processo pedagógico instituído pelos cursos está de acordo com o que Foucault (2014) observou sobre os sistemas de educação.

“Todo o sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo.” (FOUCAULT, 2014, p. 41).

A análise da produção discursiva pela perspectiva de Foucault permite problematizar como os discursos circulam e são propagados (reproduzidos) não somente por quem os produz, mas também por quem é produzido por esses próprios discursos e suas estruturas normativas de existência. Nesse caso, os cursos populares podem ser considerados técnicas ou mecanismos práticos de poder/saber, que fazem parte da biopolítica de uma forma de governo dos corpos e de uma população. É possível dimensionar que a SATC foi uma importante instituição aliada do Estado, das organizações e dos interesses do capital, naquele dado momento e contexto, na reprodução de discursos normativos de gênero sobre maternidade e infância, pela articulação de ações e práticas assistenciais voltadas para a vida e a saúde da população operária.

Considerações finais

No estudo ora apresentado, realizado mediante a análise de fontes teóricas e documentais escritas, foram problematizados discursos de gênero revestidos por determinismos biológicos que naturalizam espaços, atividades, comportamentos e atribuições por meio de normatividades baseadas em diferenças atribuídas aos sexos. Buscou-se demonstrar, ao longo do texto, como

os elementos observados por Joan Scott (1995) constituem as relações sociais permeadas por jogos de poder e que como estão presentes em todos os espaços, constituem ações do Estado nas instituições, na economia, nos processos educativos e/ou pedagógicos, os quais constroem e reconstróem o gênero, reforçam constantemente representações do feminino e do masculino, identidades e subjetividades.

Na região carbonífera de Criciúma, SC, a articulação de políticas sócio-médicos-assistenciais nas/pelas relações de saber-poder atualizou valores e normas morais que constituem “doutrinas” científicas, religiosas e políticas. Assim, estavam revestidas e constituídas as ações em meio a um processo acelerado de desenvolvimento industrial e urbano regional, que contribuiu para legitimar representações femininas e masculinas, a hierarquização de gênero e aprofundar a divisão sexual do trabalho.

Diante disso, um conjunto de cursos populares, tais como de culinária, corte e costura e artesanato, produziu formas mais adequadas e higiênicas para a realização das atividades domésticas e de cuidados, exercendo de maneira eficiente e afetuosa competências que eram atribuídas às mulheres. Promoveu determinado modelo ideal de mulher e de família, nuclear, disciplinada e saudável, com potencialidade para a reprodução da força de trabalho necessária para o desenvolvimento do capital.

Por derradeiro, verificou-se que a discursividade produzida em torno de uma representação normatizada do feminino foi fundamental para a constituição de sujeitos adequados a normas e valores da época. Operou na

construção de identidades de mulheres e homens; instrumentalizou mulheres para o desempenho dos trabalhos domésticos e de cuidados, que contribuíram para o ampliar as assimetrias de gênero a serviço das relações capital-trabalho. Além disso, tratava-se de um campo discursivo a serviço de valores e de um determinado ideário desenvolvimentista, que tinha a família e a mulher submissa em seu centro, para o qual compactuaram políticas, Estado e organizações, religião, medicina, outras áreas e conhecimentos.

Referências

Fontes

BOA NOVA JUNIOR, Francisco de Paula. *Problemas médico-sociais da indústria Carbonífera Sul-Catarinense*. Boletim nº 95. Rio de Janeiro: DNPM, 1953. (Acervo Memória e Cultura do Carvão – Centro de Memória e Documentação – Cedoc da UNESCO, Criciúma, SC).

BOIANOVSKY, David. A SATC e a Assistência Social na Zona Carbonífera de Santa Catarina. *In: II Simpósio Nacional do Carvão*. Florianópolis: [s.n.], 1965. (Acervo Memória e Cultura do Carvão – Centro de Memória e Documentação – Cedoc da UNESCO).

SOCIEDADE DE ASSISTÊNCIA AOS TRABALHADORES DO CARVÃO - SATC. *Relatórios de atividades (1965-1981)*. (Acervo Memória e Cultura do Carvão –

Centro de Memória e Documentação – Cedoc da UNESCO, Criciúma, SC).

Criciúma: CEDOC/UNESCO, 1965-1981.

Bibliografias

ALVES, Ismael Gonçalves. *(Re) construindo a maternidade: as políticas materno-infantis brasileiras e suas implicações na Região Carbonífera Catarinense (1920-1960)*. 2014. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

ALVES, Ismael Gonçalves. Famílias Operárias Mineiras e Relações de Gênero: a construção do feminino através de cursos populares na região carbonífera catarinense (1950-1960). *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 2, n. 2, p. 21-43, jul./dez. 2010. Disponível em: <<https://www.periodicos.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180302022010021/0>>. Acesso em: 15 nov. 2020.

BADINTER, Elizabeth. *Um amor Conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

CAROLA, Carlos Renato. *Dos subterrâneos da história: as trabalhadoras das minas de carvão de Santa Catarina (1937-1964)*. 1997. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1997.

Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/77129>

Acesso em: mai.2019.

COSTA, Marli de Oliveira. A nutrição nas vilas operárias mineiras. *In: FILHO, Alcides Goularti (org.). Memória e cultura do Carvão em Santa Catarina.* Florianópolis: Cidade Futura, 2004, p. 115-127.

CRENSHAW, Kimberlé. documento para o Encontro de Especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, v.10, n.1, jan. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTpP4SFXPnJZ397j8fSBQQ/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 12 Ago. 2021.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade: 1 - A vontade de Saber.* São Paulo: Paz e Terra, 2020.
_____. *A Arqueologia do Saber.* 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

_____. *A Ordem do Discurso: aula inaugural no collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970.* 24. ed. São Paulo: Loyola, 2014.

FURTADO, Celso. *Pequena Introdução ao desenvolvimento: enfoque interdisciplinar.* São Paulo: Ed. Nacional, 1980.

MATOS, Maria Izilda Santos; MORAES, Mirtes. Imagens e Ações: gênero e família nas campanhas médicas (São Paulo: 1890-1940). *ArtCultura*, Uberlândia, v. 9, n. 14, p. 23-37, jan./ jun. 2007.

Disponível em:

<<http://www.seer.ufu.br/index.php/artcultura/article/view/40111>>. Acesso em: 24 mar. 2021.

MEYER, Dagmar Estermann. Corpo, Saúde e Gênero: fragmentos de histórias sobre corpos e vidas maternas. *In*: TORNQUIST, Carmen. S. *et al.* (orgs.). *Leituras de Resistência: corpo, violência e poder*. Vol. 2. Florianópolis: Mulheres, 2009, p. 81-103.

RABELO, Giani. *Entre o Hábito e o Carvão: pedagogias missionárias no sul de Santa Catarina na segunda metade do século XX*. 2007. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

Disponível em:

<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/12864/000630915.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 09 jul.2019.

RAGO, Margareth. *Do Cabaré ao Lar: a utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquista, Brasil 1890-1930*. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

SARTI, Cynthia Andersen. *A Família como espelho: Um estudo sobre a moral dos pobres*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

Disponível em:

<<https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>>.

Acesso em: 24 mar. 2021.

TRONTO, Joan. Mulheres e Cuidados: o que as feministas podem aprender sobre a moralidade a partir disso? *In*: JAGGAR, Alison M.; BORDO, Susan R. (orgs.). *Gênero, Corpo, Conhecimento*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997, p. 186-203.